



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – DCS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – CIS 480**

MARIA DA CONCEIÇÃO CRUZ PEREIRA DE ALMEIDA

**OS DESAFIOS DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: um
estudo de caso na Escola Estadual Dr. Celso Machado em Visconde do Rio
Branco/MG**

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2018**

MARIA DA CONCEIÇÃO CRUZ PEREIRA DE ALMEIDA

**OS DESAFIOS DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: um
estudo de caso na Escola Estadual Dr. Celso Machado em Visconde do Rio
Branco/MG**

Monografia, apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dr^a Daniela Leandro Rezende

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2018**

MARIA DA CONCEIÇÃO CRUZ PEREIRA DE ALMEIDA

**OS DESAFIOS DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: um
estudo de caso na Escola Estadual Dr. Celso Machado em Visconde do Rio
Branco/MG**

Monografia, apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

APROVADA em: 30/11/2018.

Prof^ª. Dr^ª Daniela Leandro Rezende, DCS/UFV

Orientadora

Prof^ª. Dr^ª Nádia Dutra de Souza, DCS/UFV

Examinadora

Prof. Dr. Jeferson Boechat Soares, DCS/UFV

Examinador

“Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível depois, preciso trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar”.

Paulo Freire (1996) apud Silva Gomes.

AGRADECIMENTOS

Ao Norberto, Clarissa e Candice

Aos Professores Doutores Jeferson Boechat, Daniela Rezende e Vera Lúcia Travençolo

Aos colegas Luciano e Isaac.

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise da trajetória da Sociologia, enquanto disciplina escolar, bem como de sua regulamentação como conteúdo obrigatório no currículo escolar, incluindo um breve estudo dos conteúdos curriculares, para que fosse possível estabelecer um diálogo entre os Conteúdos Básicos Comuns e a realidade observada na Escola Estadual Dr. Celso Machado, escola polo da Rede Estadual de ensino no município de Visconde do Rio Branco/MG. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo, com observação participante, verificou-se que os professores de Sociologia da escola selecionada como unidade empírica de análise seguem o disposto no CBC de forma clara, concisa e objetiva, relacionando conteúdos abordados ao cotidiano dos alunos, despertando o interesse acerca de seu papel na sociedade e no mundo.

Palavras-chave: Sociologia; Conteúdos Curriculares Básicos; Ensino Médio.

ABSTRACT

The study presents an analysis of the trajectory of Sociology, as a school discipline, as well as its regulation as a compulsory content in the school curriculum, including a brief study of the curricular contents, so that it was possible to establish a dialogue between Common Basic Contents and reality observed in the State School Dr. Celso Machado, polo school of the State Teaching Network in the municipality of Visconde do Rio Branco/MG. Through a bibliographical research and field research, with participant observation, it was verified that the sociology teachers of the selected school as an empirical unit of analysis follow the CBC in a clear, concise and objective way, relating contents addressed to the daily life of students, arousing interest in their role in society and the world.

Keywords: Sociology; Basic Curricular Contents; High school.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Resumo | v |
| Abstract..... | vi |
| Introdução..... | 08 |
| 1. A linha do tempo do ensino de Sociologia no Brasil | 08 |
| 2. O ensino de Sociologia na atualidade: análise das orientações curriculares | 18 |
| 3. Metodologia e análise dos dados | 28 |
| Conclusão | 39 |
| Referências Bibliográficas..... | 41 |

INTRODUÇÃO

A Sociologia, enquanto área do conhecimento, tem como fundamento a compreensão da organização social, analisando suas transformações ao longo do tempo. O termo “Sociologia” foi criado no século XVIII pelo Filósofo Auguste Comte, com o objetivo de reunir todos os estudos relacionados ao homem e ao seu comportamento. No entanto, a Sociologia se estruturou de maneira mais sólida com Karl Marx, Emile Durkheim e Max Weber, adquirindo características de ciência.

Tendo como principal objetivo o estudo da sociedade, a Sociologia se propõe a compreender e interpretar a ação social e dessa forma explicar os seus efeitos nos processos que interligam os indivíduos em grupo.

Enquanto disciplina escolar, a Sociologia estuda tanto os processos sociais do ensino e do aprendizado quanto os processos institucionais e organizacionais em que a sociedade se baseia para proporcionar educação aos indivíduos. Todavia, a Sociologia percorreu um longo caminho até se estabelecer como conteúdo obrigatório no Ensino Médio, a partir da Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias.

A prática escolar demonstra que a Sociologia ainda não se consolidou como a matemática, o português, a geografia, a história e as ciências, disciplinas tradicionais no universo escolar. Todavia, a sua inclusão na grade curricular do Ensino Médio demonstra a preocupação com uma formação humanística, voltada para a realidade pós-moderna, que exige do aluno uma compreensão cada vez maior do meio social.

Neste sentido, o objetivo do trabalho foi fazer uma análise da trajetória da Sociologia, enquanto disciplina escolar, bem como de sua regulamentação como conteúdo obrigatório no currículo escolar. Foi feito um breve estudo dos conteúdos curriculares, estabelecendo-se um diálogo entre os Conteúdos Básicos Comuns e a realidade observada na Escola Estadual Dr. Celso Machado, escola polo da Rede Estadual de ensino no município de Visconde do Rio Branco/MG, selecionada como unidade empírica de análise.

No capítulo 01 procurou-se falar do recebimento da Sociologia pelos intelectuais brasileiros, de sua trajetória, bem como dos benefícios trazido por ela, pois foi através dela que se conseguiu visualizar o que se passava no campo político educacional do país. Com isso, foram feitas inúmeras reformas para tentar amenizar as falhas relacionadas ao ensino de Sociologia.

O Capítulo 02 foi um relato de tudo o que tem sido feito em prol da educação sociológica no currículo do Ensino Médio, bem como as práticas e as ferramentas que os professores devem lançar mão para que suas aulas sejam compatíveis com os alunos do século XXI.

No capítulo 03 descreveu-se a metodologia de elaboração do trabalho, que assimilou uma pesquisa bibliográfica, que deu embasamento à investigação, com uma pesquisa de campo colocada em prática por meio de uma observação participante na Escola Estadual Dr.Celso Machado, no município de Visconde do Rio Branco/MG.

Concluindo, observou-se que nas aulas de Sociologia os professores procuraram trabalhar assuntos do dia-a-dia, como meio de facilitar o aprendizado, conquistando o interesse dos alunos, que em sua maioria são de classe social baixa. Esta é uma situação que gera sentimento de indignação em alguns, por lhes faltar condições de compreender os fatores que levaram suas famílias a ocuparem esse lugar na sociedade. Por tal motivo, tanto dentro quanto fora da sala de aula, as pretensões dos alunos não são elevadas, não se percebendo planejamentos para o futuro, talvez pela falta de perspectiva econômica. O ensino da Sociologia contribui, então, para a percepção dos fenômenos cotidianos, oferecendo-lhes a chance de lidar de uma melhor forma com as situações recorrentes do dia-a-dia.

1. A LINHA DO TEMPO DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL

Os estudos sociológicos tiveram início no final do século XVIII devido às mudanças radicais introduzidas pelas duas grandes revoluções: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, na Inglaterra. Estas mudanças estão amplamente relacionadas com o desenvolvimento do capitalismo, isto é, com as próprias condições materiais a partir das quais a sociedade se reproduz, e foram difundidas mundialmente, com outras peculiaridades históricas, econômicas e sociais, que contribuíram para a consolidação da Sociologia, enquanto ciência.

A Sociologia foi recebida no Brasil, como “novidade” intelectual, simultaneamente ao seu surgimento na sociedade europeia. Fernandes (1958) afirmou que “as novidades” assinaláveis tornaram-se rapidamente conhecidas, ainda que não fossem reelaboradas de uma forma autônoma. O destino do saber acumulado, desse modo, regulava-se pelos padrões de vida literária que faziam dele estritamente uma forma de ilustração e um meio de alcançar notoriedade em círculos letrados. Nesse sentido, segundo Tobias (1972) os intelectuais brasileiros estavam mais interessados a importar as teorias do ultramar, do que elaborar novas teorias para explicar a realidade social da época.

Segundo Meucci (2000), em 1870 começaram a surgir no Brasil movimentos no meio intelectual para que a Sociologia fosse introduzida no meio escolar. Machado (1987) esclarece que Rui Barbosa tentou introduzir a Sociologia nos cursos secundários, normais e nas faculdades de Direito, mas seus pareceres não conseguiram ser aprovados e nem discutidos no parlamento. Moraes (2011) afirma que os pareceres de Ruy Barbosa se tornaram um marco na história do ensino de Sociologia na escola secundária brasileira.

Em 1891, com a passagem de Benjamin Constant pelo Ministério da Instrução Pública durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca, nos primeiros anos da República, uma campanha pela obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no ensino médio foi iniciada, mas devido a um desentendimento com o presidente, a obrigatoriedade não vingou. Segundo Avellar (1986), a obrigatoriedade não ultrapassava a sede do governo federal na cidade do Rio de Janeiro e o Colégio Dom Pedro II. De acordo com Moraes (2011), a instituição Dom Pedro II era modelo para as outras instituições tanto públicas quanto privadas não podendo, porém, a elas impor nada, pois isso era encargo do governo central.

Cigales e Arriada (2013) apontam que, apesar dos pareceres de Ruy Barbosa e a reforma de Benjamin Constant não terem alcançado êxito na introdução da disciplina de

Sociologia na educação brasileira, serviram para que fosse visualizado o que se passava no campo político educacional do país. A inclusão da Sociologia no currículo escolar fracassou, mas serviu para alertar alguns intelectuais brasileiros, que passaram a usar a escrita sociológica para retratarem questões pertinentes a um país “jovem” e repleto de temas e problemas a serem investigados.

De acordo com Santos (2004) e Machado (1987) a partir da Reforma Rocha Vaz de 1925, (Decreto nº 16.782-A, de 13 de Janeiro de 1925), a Sociologia tornou-se obrigatória nos últimos anos dos cursos preparatórios. A lei veio apenas para oficializar o que já parecia legítimo, pois a disciplina já era ministrada nas escolas secundárias. Essa obrigatoriedade do ensino da Sociologia ocorreu na ausência de cursos de formação de professores, por isso a presença de advogados, médicos e engenheiros tornou-se necessário para cobrir essa carência.

Já para Basbaun (1976), a reforma de 1925 ocorreu em um dos governos mais autoritários, o de Arthur Bernardes. O mesmo que em 1926 faria a reforma da Constituição de 1891, centralizando o poder e limitando as garantias e direitos dos cidadãos (limitação do habeas corpus, expulsão de estrangeiros indesejáveis, redução de vencimentos de juízes, etc.). Seu governo transcorreu quase que integralmente sob Estado de Sítio.

Como observa Guelf (2001), nessas injunções, a Sociologia foi elitizada porque apenas um grupo “seleto” teve acesso a esse conhecimento no ensino secundário, no qual a disciplina foi incluída na última série do ginásial (1925-31) e nos cursos complementares (1931-42). Em outras palavras, só tiveram acesso ao estudo da Sociologia os que pretendiam ingressar nos cursos superiores de Medicina, Odontologia, Farmácia, Engenharia, Arquitetura e Direito. Em 1931, a reforma Francisco Campos (Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931), reforçou o caráter de obrigatoriedade.

Nesse começo, o ensino de Sociologia tinha tanto um caráter cientificista quanto uma expectativa cívico-redentorista. De certa forma, essas pretensões vinham fundidas, pois como o “conhecer a realidade” visava-se intervir na realidade (MEUCCI, 2000 apud SANTOS, 2004), de modo que a Sociologia aparecia assim duplamente justificada.

Foi a partir de 1930 que obras voltadas ao ensino de Sociologia tiveram maior impacto, e as primeiras foram quatro publicações dedicadas ao ensino da disciplina para estudantes do curso de Direito. Mas, a partir de 1931 e 1948 mais de duas dezenas de livros didáticos de Sociologia foram publicados no Brasil (MEUCCI, 2000). A produção deste conjunto de obras deveu-se ao processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, e isso fez com que a cadeira de Sociologia fosse introduzida nos cursos secundários e nas escolas normais do estado de Pernambuco (1928), Rio de Janeiro (1928) e São Paulo (1933) e

na criação dos cursos de Ciências Sociais da Escola Livre de Sociologia e Política (1933), na Universidade de São Paulo (1933) e na Universidade do Distrito Federal (1935) (MEUCCI, 2000).

Segundo Meucci (2000), os primeiros autores brasileiros foram buscar conhecimentos para construir seus conceitos, teorias e métodos nas obras de autores franceses e norte americanos, sendo assim, conclui-se que foram eles que mais contribuíram na constituição do conhecimento sociológico no Brasil. Outra forte influência que se encontra nos compêndios da década de 1930, segundo a autora, é a do sociólogo Herbert Spencer. A noção de progresso desenvolvida por esse autor inglês é um dos conceitos mais difundidos nas páginas dos primeiros livros didáticos publicados no Brasil, especialmente nos publicados na década de 30.

De acordo com Meucci (2000) as primeiras publicações de autores brasileiros como: “Sociologia” (1931), de Delgado de Carvalho e “Noções de Sociologia” (1938) de Roberto Lyra, foram considerados pela crítica como escolásticas e livrescas, o que diz que estas estavam muito aquém dos padrões da investigação científica.

Entretanto, em edições e reedições posteriores, revisadas e ampliadas, realizadas nas décadas de 1940, 1950 e 1960, tornou-se mais frequente a apresentação de autores brasileiros. No manual “Fundamentos de Sociologia”, de 1940, elaborado por Carneiro Leão, há uma página dedicada aos precursores da Sociologia no Brasil. Na obra é citado o debate entre Tobias Barreto e Sílvia Romero, as contribuições de Anibal Falcão, Clóvis Bevilacqua, Laurindo Leão, Marlins Júnior, Arthur Orlando, Pontes de Miranda, Delgado de Carvalho, Gilberto Freire, Oliveira Viana e Fernando de Azevedo (LEÃO, 1940)

Já na segunda edição de “Introdução à Sociologia” de Amaral Fontoura, de 1953, encontra-se um capítulo dedicado ao pensamento sociológico desenvolvido no Brasil (FONTOURA, 1953). Apesar de o pensamento social no Brasil ter recebido enorme influência estrangeira, não se pode negar que os primeiros sistematizadores do conhecimento sociológico foram influenciados pelos autores brasileiros Alberto Torres e Oliveira Vianna, sendo estes muito consultados quando se tratava de temas específicos acerca do lugar das populações rurais e no projeto de organização da sociedade brasileira.

Segundo Sarandy (2004), a introdução da Sociologia na Educação Básica estava atrelada ao próprio projeto de modernidade forjado pelo Estado Novo, ainda que devamos considerar, como aponta Canguilhem (1997), que historicamente na América Latina as elites preocuparam-se em criar projetos de modernidade sem que, necessariamente, ela existisse.

Acerca do processo de introdução da Sociologia no currículo escolar, Moraes (2001) chama a atenção para alguns aspectos mostrados por outros pesquisadores como a presença de advogados, médicos e engenheiros cobrindo a carência de profissionais capacitados devido a falta de cursos de formação de professores de Sociologia.

Segundo Meucci (2000), entre as décadas de 20 a 40 do século XX havia uma enorme preocupação em desvendar qual o significado da sociologia ao ser introduzida no país, principalmente a partir das Faculdades de Direito onde a Sociologia passou a ser vista como a ciência capaz desvendar inúmeras relações sociais como também de renovar a formação intelectual das Faculdades de Direito. Para o intelectual Pontes de Miranda, a Sociologia fez com que essas instituições fossem beneficiadas com uma política positiva.

Para Meucci (2000) um dos pontos mais interessantes é o destaque que se dá para a Sociologia e o Sociólogo, quando nomeiam-os como agentes e produtores do progresso, por isso é que no Brasil essa ciência passou a ser conhecida como sinônimo de desenvolvimento.

De 1942 a 1961, com a reforma Capanema, a disciplina de sociologia foi excluída do currículo secundário e complementar, permanecendo apenas na escola normal a partir de 1946, com o Decreto-Lei nº 8530 (CARDOSO e TAMBARA, 2010). De acordo com Santos (2004), a reforma Capanema para muitos só aconteceu devido à ligação que o ministro da época tinha com a Igreja Católica.

Em 1949 com a publicação “O Ensino de Sociologia nas escolas secundárias”, onde Costa Pinto (1949) faz severas críticas à reforma Capanema, parece que foi nesse instante que o debate para a sua volta foi iniciado. Nessa mesma ocasião a “ELSP” organiza um Symposium onde compareceram vários autores para tecer suas considerações sobre o tema Ensino de sociologia e etnologia, em que Antônio Cândido tece algumas considerações:

Não nos parece, contrariamente à opinião predominante entre os sociólogos, que deva o seu ensino ser estabelecido no curso colegial, de onde o retirou a reforma Capanema, juntamente com a economia e a estatística. Com efeito, não apenas o currículo do curso secundário, em ambos os ciclos, padece de sobrecarga, como a sociologia é matéria que pressupõe conhecimentos de história, geografia e filosofia. Seria de toda conveniência iniciar o seu estudo depois de alguns anos dessas disciplinas, elas sim indispensáveis à formação secundária (...). No curso normal, a sociologia está bem colocada, devendo-se notar que a finalidade do seu estudo deveria corresponder principalmente ao sentido a da análise inicial deste artigo: como ponto de vista é que seria útil ao educador (...). (Cândido, 1949, apud Moraes, 2001).

Assim, no parecer de Cândido (1949), os ensinamentos sociológicos realmente não são necessários nos primeiros anos escolares, pois outras disciplinas cumprem o seu papel. Todavia, no curso normal a Sociologia torna-se importante para a formação dos profissionais da educação devido à função que irão exercer após a conclusão do curso.

Na Lei nº 5.692/71, a Sociologia continuou como disciplina optativa para o então chamado ensino secundário, mas aparecendo apenas quando ligada aos cursos que obrigatoriamente deveriam ser profissionalizantes. No currículo do curso normal, a Sociologia reapareceu como Sociologia Educacional, com o mesmo objetivo original: dar um sentido científico às discussões sobre a formação social e os fundamentos sociológicos da educação. Quando da “crise do milagre econômico brasileiro”, década 1970-1980, os limites para sustentar a escola média profissionalizante obrigatória vieram à tona, não havia demanda para tantos técnicos, e também faltavam equipamentos, professores e recursos (SANTOS, 2004).

De acordo com Moraes (2003) apud Santos (2004), a Sociologia ficou ausente como disciplina obrigatória no ensino secundário, mantendo-se presente somente no curso normal como sociologia educacional. Mas só a partir de 1981, que retorna gradativamente ao Ensino Médio, graças à participação ativa de educadores, políticos, estudantes e sociólogos através de inúmeros processos de negociação para seu retorno. Esse retorno coincide com o período de redemocratização da sociedade brasileira e de uma mudança na legislação educacional realizada pelo governo militar – a Lei nº 7.044/82, que tornava flexível a obrigatoriedade do segundo grau profissionalizante, abrindo espaço para uma nova escola. Assim, a partir de 1983 a Sociologia passou a figurar nos currículos das escolas secundárias.

Em pouco mais de uma década, vários estados brasileiros tornaram obrigatório o ensino da Sociologia. Particularmente no Estado de São Paulo, isso foi garantido com a Resolução SE nº 236/83, que possibilitou a inclusão da sociologia na grade curricular do ensino secundário.

De acordo com Takagi (2007), o estado de São Paulo, que há muito havia feito a inclusão da Sociologia no currículo de uma das séries (Resolução SE nº 236/83), ampliou a legitimidade da disciplina. Com a realização de concurso público convocou professores que trabalhavam na rede pública e fez uma primeira proposta programática para a disciplina. Essa primeira proposta curricular (1986) foi elaborada usando uma linguagem pedagógica nova, “os movimentos sociais”, os quais vão construir temas transversais e ligação com os alunos, reconhecida através de suas vivências e falas, incorporadas ao debate de temas clássicos e emergentes da disciplina, esta foi uma grande estratégia didática. Seguindo São Paulo outros

estados como Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul fizeram a inclusão da sociologia em seu currículo.

Após a Lei nº 7.044/82, com a possibilidade do retorno do ensino da Sociologia, foram organizados encontros, seminários, fóruns e até questionários para pesquisar se existia programa e material didático disponível (PENTEADO, 1988; MACHADO, 1987; MACHADO, 1996; CENP, 1986; CENP,1992.). Verificou-se que o que havia de material incluído os livros didáticos estavam desatualizados. Então, a Coordenadoria de Estudos de Normas Pedagógicas (CENP) de 1985 propôs que o material para o ensino de Sociologia tivesse como base a riqueza dos debates ocorridos entre 1984 e 1985, o que foi muito criticado pelo seu caráter “enciclopédico”, “sofisticado” e marcados por uma concepção sociológica (PENTEADO, 1988; MACHADO, 1996). Parece, que o enciclopedismo era uma maneira de oferecer aos professores temas para serem debatidos até que fossem disponibilizado programa e material didático adequado.

Como visto em Moraes (2003), apesar de tantos esforços havia muito que conquistar, existiam muitas dúvidas, para não dizer oposição, em relação à pretensão de tornar o ensino de Sociologia obrigatório. Foi durante a elaboração do processo das Orientações Curriculares do Ensino Médio (OCEM), que foi questionado à diretoria de políticas do Ensino Médio do MEC o porquê da não inclusão da Sociologia e da Filosofia no quadro das disciplinas obrigatórias. O MEC assumiu o compromisso de encaminhar a proposta de alteração da lei e incluir a sociologia e filosofia como disciplina obrigatória. Sua única exigência foi que, seria necessário apresentar um parecer para a inclusão no Ensino Médio. Segundo Moraes (2007), o documento originou o Parecer CEN/CEB nº 38/06, que estabeleceu a obrigatoriedade da sociologia e filosofia em todas as escolas públicas e privadas do país.

A participação da Sociologia no currículo nacional pela LDB/96 sofre várias interpretações, pois ela é ministrada de acordo com os interesses dominantes da sociedade. No art. 36, §1º da LDB os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação são organizados de tal forma que ao final do Ensino Médio o educando demonstre: III – Domínio dos conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania. Este artigo que deveria trazer essas disciplinas definitivamente ao ensino médio sofreu uma série de restrições no governo de FHC (1995-2002) que tornaram impossível a volta delas como disciplinas específicas e obrigatórias dentro da grade curricular.

O Projeto de Lei de 1997 que alterava a LDB em seu artigo 36 “dando-lhe citação bastante explícita, a saber: fica obrigatória o ensino de sociologia e filosofia em todas as escolas de ensino médio do país” (CARVALHO, 2004.p. 24). Porém, o projeto para estas

disciplinas tornarem-se obrigatórias no Ensino Médio foi rejeitado pelo PSB e PFL, a mando do então ministro da educação Paulo Renato do Governo de FHC.

Segundo Casão e Quinteiro (2007), os estudos e os conhecimentos sociológicos não asseguram sua oferta enquanto disciplina, pois seu tratamento interdisciplinar junto de outras disciplinas já existentes, como História e Geografia, aboliria a disciplina Sociologia do quadro do Ensino Médio. Vê-se que durante o governo do PSDB a política educacional brasileira ficou a cargo do Banco Mundial. Houve uma aproximação do conceito das “competências”, a sociologia deixou de ser uma matéria específica, mas uma matéria plural de conhecimentos para atender aos interesses da política neoliberal. Dentro dessa nova política surge a transversalidade, com isso seriam criadas então áreas de saber e não matérias, disciplinas, isso tem um nome: a desregulamentação do ensino há aí uma negação das disciplinas, e assim uma negação da ciência que é transmitida por ela.

Em vários Estados brasileiros essa interpretação não foi aceita e a obrigatoriedade da Sociologia nos currículos de Ensino Médio foi implementada. Paralelamente, no entanto, o próprio governo federal trazia a público os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Médio, incluindo o PCN de Sociologia como parte da “Área de Conhecimento Ciências Humanas e suas Tecnologias” (PCN Nível Médio, 1999).

Em 2000, tramitava no Congresso Nacional um Projeto de Lei (PL nº 09/00) que visava a alteração do artigo 36, parágrafo 1º, inciso III, da Lei 9.394/96, afirmando a obrigatoriedade da inclusão das disciplinas de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio. Segundo Moraes (2001), a institucionalização dessa conquista em âmbito nacional perdeu importância depois de ser vetada pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso em outubro de 2001.

Para entender melhor o veto do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Conselho Nacional de Educação (CNE) regulamentou os artigos da LDB referentes ao Ensino Médio com a edição das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), Parecer CNE/CEB nº15/98 e Resolução CNE/CEB nº03/98. Nesse documento ficou estabelecido que o tratamento a ser dado aos conhecimentos da Sociologia e Filosofia seriam interdisciplinares (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2001).

Entre vários vocábulos criados para a não obrigatoriedade da Sociologia, Carvalho (2004) cita a transversalidade, que tinha por finalidade criar áreas de saber e não matérias, disciplinas, com a finalidade de desregulamentar o ensino. Negando as disciplinas nega-se os saberes advindo delas e assim se nega a ciência.

Moraes (2015) argumenta que em 2004 no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva formou-se uma equipe técnica para rever os parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Médio (PECNEM) para discutir o ensino de Sociologia. Com isso conseguiu-se a aprovação com o Parecer CEN/CEB nº38/06 que determinou a obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio.

Como argumenta Casão e Quinteiro (2007), em 2006, com a criação das OCNEM a Sociologia foi regulamentada em nível nacional, seus consultores e leitores críticos das OCN além de serem professores e pesquisadores da área, são comprometidos com a batalha da obrigatoriedade do ensino da Sociologia no Ensino Médio.

Com a aprovação do PL 1641/2003, na Câmara dos deputados, deu origem à Lei nº 11.684/2008, e também com a aprovação na Câmara e no Senado Federal do Projeto de Lei nº 04/08, no dia 02 de junho de 2008, o presidente interino José de Alencar sancionou a lei, de inclusão da sociologia na LDB – Lei nº 9394/96.

Em fevereiro de 2017, o Congresso Nacional aprovou o texto da Medida Provisória, proposta pelo governo federal de setembro de 2016, e que instituiu a “reforma do Ensino Médio”. A medida estabeleceu novas regras para o Ensino Médio e mudanças em toda sua estrutura. O Senado Federal também aprovou a reforma do Ensino Médio em setembro de 2017, o Conselho Nacional de Educação realizou consultas públicas e regionais e, a partir dos resultados, o MEC dará início ao processo de implementação.

Neste contexto, não será a nova reforma educacional que querem implantar que irá resolver o problema educacional no país, e sim como já foi dito uma ampla reforma estrutural.

Além das significativas transformações na comunidade escolar, que irão proporcionar mudanças no quadro social no Brasil a médio e longo prazo, é importante também uma mudança de consciência, executando amiúde as propostas para uma boa escola, como a inclusão da Sociologia como disciplina obrigatória no Ensino Médio.

2. O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA ATUALIDADE: análise das orientações curriculares

Segundo Betiol (2011), é importante refletir sobre o ensino de Sociologia no Ensino Médio, e também sobre as práticas e ferramentas que dão ao professor possibilidade de desenvolver seu trabalho de forma adequada. Sendo assim, uma análise comparativa entre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1999) e as Orientações Curriculares Nacionais (OCN, 2006) da disciplina de Sociologia no Ensino Médio é importante e pode elaborar as bases sobre as quais se fundamenta o ensino do conteúdo no Brasil.

Os PCN e as OCN foram elaborados no campo da recontextualização oficial (Estado), a partir de reflexões geradas por intelectuais (campo da contextualização). Estes últimos se referem a vários grupos de poder, projetos políticos, origens nos campos da contextualização, conteúdos, categorias, visões de sociedade, escola, ensino e Sociologia. Assim, onde parece não ter quase nada em comum, verifica-se que nessa dessemelhança existe algo em comum entre eles e são essas contextualizações é que vão levar a um denominador comum dentro das políticas educacionais. Segundo Viana (2006), as prioridades das políticas publicam são os “interesses gerais do capital e as necessidades da acumulação capitalistas”.

Dentro deste contexto existe uma preocupação com relação à criação de políticas de assistência social, seja para educação ou outros segmentos. Essas políticas são “paliativas” visam conter os conflitos sociais e nelas é incorporada uma forte política repressiva. Segundo Hidalgo (2004), as políticas públicas voltadas para a educação estão ligadas ao processo de reforma do Estado e que também se ligam ao processo de globalização econômica do final do século XX.

Como citam Casão e Quinteiro (2007) se pensarmos o currículo como produto de interação entre campos, vemos que ele faz parte do jogo de interesse de uma dada sociedade. Bernstein (2003) faz ver que o currículo advém da interação entre o campo da contextualização (academia, universidade, intelectuais, consultores) de onde são recrutados pelo campo recontextualizador oficial (Estado, governo, secretarias de educação) para formular esses documentos.

Depois da formulação, esses documentos são levados para o campo da recontextualização (escola, comunidade) onde são novamente trabalhados por professores na sua prática pedagógica. No entanto, cabe lembrar que nem os PCN (1999) nem as OCN (2006) de Sociologia possuem força de lei, são considerados documentos orientadores. Assim,

apesar de seu caráter nacional, podem ser interpretados pelas Secretarias de Educação de cada Estado brasileiro. Ambos documentos, PCN e OCN estão subordinados às diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Médio (DCEM) e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 1996).

Tanto o Ministério da Educação quanto a Secretaria de Educação Básica mostram que os PCN e as OCN não são manuais para serem seguidos à risca, mas um instrumento de apoio para que os professores possam utilizar em favor da aprendizagem e melhoria do ensino.

Ao se fazer um estudo comparativo entre PCN e OCN é necessário levar em conta a luta para a implementação da obrigatoriedade e ver como esses documentos contribuíram para esse fim, sendo possível visualizar uma diferença de ideias em suas políticas educacionais. Nos PCN, com suas ambigüidades, nota-se logo que não há nenhuma intenção de regulamentar a Sociologia como disciplina, porém, nas OCN, os documentos de 2006 mostram a intenção de regulamentar a Sociologia em nível nacional.

Os PCN são uma coleção de documentos que compõe a grade curricular de uma instituição, enquanto que os OCN são diretrizes elaboradas pelo governo federal tendo como objetivo principal orientar os educadores através de normas diretamente ligadas ao exercício de cada disciplina. Seus objetivos estão ligados ao ensino público e privado e trabalham de acordo com o grau de escolaridade do aluno.

Os PCN propõem uma organização curricular onde o conhecimento se desenvolve por áreas interligadas através de temas transversais. O termo “área” tem como objetivo principal, fazer a integração do conhecimento nas diferentes disciplinas. Essa organização é proposta dos PCN para a realização de trabalhos interdisciplinares. Dentro dos PCN a Sociologia pode ocupar um papel importante de interlocução com as outras disciplinas, através de seu currículo e até com a instituição escolar.

Considerando o conteúdo diferenciado da Sociologia, o professor deverá usar de criatividade para ministrar suas aulas seguindo dois tópicos. O primeiro é “Introdução à Sociologia”, que consiste na ciência, seu objetivo e principais temas ou conceitos, o segundo é “História da Sociologia”, tomando como base os clássicos como Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim. Na maioria das vezes esses autores são vistos durante todo o curso como se fosse obrigatório, o professor não deveria se prender a eles, pois as teorias respondem aos problemas de sua época e os autores dialogam com o seu tempo. Por isso é necessário que se busque outros autores que possam acrescentar outros modelos explicativos ou compreensivos a cerca de fenômenos que surgiram depois deles.

Nos Pressupostos Metodológicos existem três tipos de recortes, quais sejam, teorias, conceitos e temas, que são encontrados nos parâmetros curriculares oficiais, nos livros didáticos e nas escolas e que são ideais para auxiliar o trabalho do professor. Esses recortes metodológicos, que fundamentais para o ensino da Sociologia no Ensino Médio e devem ser trabalhados juntamente para que o objetivo do ensino não seja desvirtuado.

As Teorias são compreendidas como modelos explicativos ou comparativos acerca dos fenômenos sociais. A teoria reconstrói a realidade, e assim tenta dar conta dos fatores que a reproduziram e dos seus possíveis desdobramentos. São elas que respondem aos problemas de sua época, dialogam com o seu tempo, e com isso ultrapassam os limites temporais e as fronteiras geográficas. Os Conceitos são registros linguísticos da ciência, com que se opõe a definir terminologicamente um fenômeno, uma concepção, uma relação (OCNEM, 2006). Para empregar um conceito é necessário conhecer o conceito histórico e social em que se estabeleceram as suas concepções e seus criadores, marcando sua elaboração. Já os temas são recortes da realidade em que se vive (OCNEM, 2006).

Moraes et. al. (2004), ao escreverem as Orientações Curriculares para o Ensino Médio, relatam que a disciplina Sociologia por não ter uma tradição pedagógica, pode ter sua legitimidade questionada, uma vez que o seu desenvolvimento com qualidade está associado a união de conceitos, temas e teorias. Caso não exista essa junção, os conteúdos se banalizam tornando-se senso comum.

Os conceitos referentes ao discurso sociológico ou a linguagem específica da Sociologia só serão compreendidos diante da relação com a realidade concreta (temas) que eles explicam e na relação com as linhas teóricas, visto que os conceitos não devem ser entendidos como abstrações e podem ter sentidos diferentes a partir da filiação teórica que seguem. Os temas que fazem referência às questões dos contextos sociais culturais devem ser compreendidos na relação com as bases teóricas e os conceitos (PCN, 1999).

No que diz respeito aos conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Política no Ensino Médio, os PCN (1999) indicam competências e habilidades. Com relação aos conteúdos identifica-se teoria das Ciências Sociais, indústria cultural, meios de comunicação de massa, marketing, diferenças étnicas e dos segmentos sociais, diversidade, mundo do trabalho e as mudanças na ordem econômica, cidadania, direitos e deveres, e o Estado.

O conteúdo dos PCN e das OCN é uma proposta de trabalho para orientar o professor e não um programa para ser seguido à risca, buscando a consolidação da Sociologia. Assim, o que se oferece é um ponto de partida, antes de tudo uma avaliação das vantagens e desvantagens de um ou outro recorte programático, e de sugestões metodológicas de ensino,

além de breve discussão acerca de recursos didáticos. Tudo isso deve ser entendido como uma tentativa de superar as propostas rígidas e sempre falhas, mas também propostas abertas em excesso, que se mostram inócuas por não conseguirem apresentar sequer uma orientação mínima para os professores (BRASIL, 2006, pág. 25).

As OCN, embora tendo um caráter disciplinar e científico diferenciado dos PCN, concordam que o jovem entre 15 e 18 anos, após vários anos de escola deva sair com noções de cidadania para direcioná-lo para a escolha de uma profissão, progressão nos estudos, enfim, uma educação para a vida (BRASIL, 2006, p.8).

O modelo pedagógico proposto pelas OCN propõe o ensino-aprendizagem de conteúdos específicos, dentro de disciplinas específicas e obrigatórias diferente dos propostos pelos PCN, com um discurso flexível e dissolvido da pedagogia das competências.

As OCN (2006) apresentam os conteúdos que devem ser trabalhados no Ensino Médio, quais sejam, conceitos de burguesia, ideologia, indivíduo, sociedade trabalho, produção, classe social, poder, dominação, cultura, mudança social. Prosseguindo, trabalham-se temas como questões raciais, etnocentrismo, preconceito, violência, sexualidade, gênero, meio ambiente, cidadania, direitos humanos, religião e religiosidade, movimentos sociais, meios de comunicação de massa. Por fim, exploram-se teorias como a teoria funcionalista, a teoria marxista, a teoria compreensiva, a teoria fenomenológica, a teoria estruturalista e a teoria dialética.

As OCN (2006) e os PCN (1999) apresentam algumas diferenças no que tange aos objetivos dos conhecimentos da Sociologia e concepções para o Ensino Médio, mas em relação às orientações de conteúdos há convergências, sobretudo nas questões temáticas conceituais de trabalho, Estado, cidadania e cultura. O ideal seria que fossem tratados correlacionando-se e não de forma independente, pois a forma desconectada de estudá-los cria equívocos que reproduzem e banalizam erroneamente as ideias centrais da sociologia e filosofia.

As OCN mostram através do documento de 2006 a intenção de regulamentar a Sociologia em nível nacional, bem como destacar o valor da disciplina nos currículos do Ensino Médio. Apresenta o percurso da Sociologia no país, ora presente, ora ausente dos currículos. Por isso o currículo deve ser pensado sociologicamente, mas tendo sempre como base os movimentos de lutas nos diferentes campos que compõe a sociedade. Este desvio de interesse político do PCN mostra que a ausência da disciplina no currículo não traz grandes perdas, pois a desnaturalização mostra que o currículo é isento de interesses.

A proposta da OCN é abrangente, e seu projeto maior é orientar o trabalho do professor e não propor programa fechado e rígido, assim, sua intenção é dar força para que a disciplina de Sociologia seja consolidada. As OCN procuram recuperar a importância do professor que foi reduzida pelos PCN e vão além de querer formar o cidadão crítico, buscando ultrapassar esse nível discursivo, avançando para a concretização dessa expectativa (BRASIL, 2006, p. 07).

Dentro da sala de aula pode-se priorizar um ou outro recorte, mas isso não impedirá que ocorram vantagens ou desvantagens e haverá sempre necessidade de explicar o porquê de trabalhar com determinado tema. Fala-se da importância de trabalhar com autores clássicos, mas com linguagem adaptada ao Ensino Médio, e também com temas atuais. O documento que sugere os três recortes recomenda também que seja feita pesquisa sociológica no Ensino Médio e mostra a importância da regulamentação da Sociologia através de uma análise crítica de práticas de ensino e recursos didáticos. Os recursos sugeridos ao professor vão servir para a desnaturalização dos fenômenos sociais e causar o estranhamento e servir como ponto de partida para as aulas (OCN, 2006).

As OCN (2006) de Sociologia, além da contribuição na formação da crítica e da cidadania, indica seu papel no desenvolvimento dos processos de estranhamento e desnaturalização o qual necessitam da reflexão a respeito da relação entre os contextos e condicionantes sociais, culturais e biográficos individuais.

Para Sarandy (2004), o estudante poderá desenvolver através do ensino de Sociologia um modo crítico de olhar e de pensar as realidades a sua volta, não apenas pela aprendizagem teórica, mas por meio de experiências vividas. Assim, o objetivo do ensino de Sociologia é proporcionar a aprendizagem do modo próprio de pensar de uma área do saber aliado à compreensão de sua historicidade.

Com isso, o autor quis mostrar que a prática cotidiana, as experiências e vivências individuais são partes de um conhecimento que através de uma metodologia adequada e de conceitos teóricos bem elaborados poderá fazer da sala de aula um lugar propício para o questionamento da realidade.

Machado (2015) aponta que os direitos hoje serão decididos através da política, a sua liberdade e suas chances de ter acesso aos bens e oportunidades, e a possibilidade de maiores escolhas na vida de cada um. Em um jogo em que as apostas são tão altas é natural que participem muitos aventureiros e desonestos em buscas de vantagem e poder; a única alternativa ao governo dos aventureiros e desonestos é que você, o cidadão, aprenda como o

jogo da política é jogado, e, junto com seus concidadãos faça com que eles funcionem a favor de todos.

Entretanto, é importante destacar também o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que surgiu com a democratização do ensino com o objetivo de suprir as passado esses programas já existiam, mas eram em forma de Antologias, pois tanto professores e alunos tinham um nível elevado de conhecimento. Nesta nova fase do ensino os livros didáticos receberam nova roupagem. Porém, conforme informa o Guia do Livro Didático (BRASIL, 2007, p.19) o trabalho com o material “não pode prescindir do professor” que deve “pensar nos usos diferenciados que um LD pode permitir, como alterações de sequências, atividades complementares, aspectos diversos da realidade local, etc”.

A organização do processo de escolha de LD nas escolas tem sido feita mais através de ações desenvolvidas por editoras do que a partir de orientações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). É natural que no processo de escolhas de livros, os professores criem encontros “relâmpagos” durante os intervalos, para trocar informações e tomar decisões a respeito dos livros didáticos.

Na maioria das vezes o professor não usa o “Guia dos Livros Didáticos” para a escolha, e as editoras sabendo disso, procuram enviar exemplares para que o professor possa ter um contato mais próximo, e então fazer sua escolha. Parece que os critérios para a escolha dos LD são: a linguagem, a diagramação, a contextualização, as experimentações e o tipo de abordagem. Sendo assim, vê-se que os LD não são escolhidos com base nos mecanismos adotados pelas equipes gestoras de escolas para organizar os processos de escolha dos livros, no âmbito do PNLD, mas sim com a realidade em que vivem.

Elaborar um diagnóstico a respeito da situação do Ensino Médio no Brasil é complicado. Apesar de boas propostas curriculares e indicativos positivos, o Brasil ainda ocupa o penúltimo lugar no ranking da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que mede os gastos públicos com educação. Em 2011 o Brasil destinou 19% dos gastos para a educação, sendo que a média da OCDE é de 13%, entretanto, apesar do índice elevado, considerando o grande número de alunos, proporcionalmente o país ficou em colocação exígua.

O Brasil ainda gerencia mal os recursos destinados à educação, de forma que 4% das crianças com 08 anos de idade, embora tenham tido acesso ao Ensino Fundamental, não sabem ler nem escrever, e mais da metade dos adolescentes que concluíram o Ensino Médio são analfabetos fundamentais. Para lidar com esta situação é necessário investir na

capacitação e valorização de professores, além de recuperar os alunos que não aprenderam, para se evitar os gastos com alunos repetentes e que não aprenderam no tempo correto.

Neste contexto, embora tenham como base as orientações publicadas pelo Ministério da Educação, muitos Estados brasileiros, por meio das Secretarias de Educação e em parceria com Universidades, criaram um programa próprio para suas escolas. Em Minas Gerais o programa recebeu o nome de Currículo Básico Comum (CBC). A diretriz do documento tem os mesmos princípios gerais dos documentos nacionais, principalmente os Parâmetros Curriculares Nacionais (parte IV) e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (Ciências Humanas e suas Tecnologias, cap.4), que, dentro deste contexto, procuram construir sugestões para favorecer o professor.

Quando o CBC foi criado a disciplina de Sociologia não era obrigatória, por isso ele propõe um trabalho interdisciplinar onde o conteúdo dialoga com outras disciplinas. Utilizando os mesmos argumentos dos documentos oficiais do Ministério da Educação, o CBC mostra a importância de desenvolver a disciplina de Sociologia e a maneira como deve ser trabalhada.

No parecer dos autores do CBC, a Sociologia no nível médio precisa se preocupar com a análise sociológica dos fenômenos sociais e históricos, de maneira a desenvolver conceitos e teorias que promovam no aluno uma compreensão científica da disciplina. Desse modo, o aluno terá conteúdos que o levará a distanciar do senso comum, desenvolvendo “estranhamento” diante das práticas cotidianas, e isso o conduzirá à “desnaturalização” das concepções rotineiras.

O documento do CBC, assim como a orientação da prática docente, é elaborado em três Eixos Temáticos 1: “A Sociologia como Disciplina Científica e Autônoma: Conhecendo nosso Mundo Social”, Eixo Temático 2: “Análise Sociológica do Mundo Moderno: a Sociedade em que Vivemos”, Eixo Temático 3: “A Abordagem Sociológica de questões Sociais no Brasil Contemporâneo”. No Eixo Temático 1, no mesmo instante em que se estrutura para iniciar o estudo de Ciências Sociais, cria-se meios para trabalhar os demais temas que integram a disciplina. O objetivo é levar o aluno a ter um olhar diferenciado para o ambiente social, fazendo com que ele busque mais objetividade, e sinta estranheza diante das práticas do dia-a-dia, o que é fundamental para que ele possa realizar a passagem do ponto de vista pessoal para o científico.

O sociólogo C.Wright Mills chamou de “imaginação sociológica” as ligações existentes entre a vida pessoal e as estruturas que organizam e dão forma à ela. (SEE/MG, 2007). Para que isso ocorra é necessário levar o aluno a ter um novo olhar para o cotidiano, os

acontecimentos sociais devem ser vistos de maneira diversa e assim ele desenvolverá uma nova identidade.

Essa prática depende do desenvolvimento de um pensamento teórico, para que a visão do cotidiano se transforme em visão própria do conhecimento sociológico. Para melhor compreender a maneira diferenciada de olhar pelo prisma sociológico, Giddens (2005), através de um simples ato de tomar café, esclareceu que não é a xícara em si, mas tudo aquilo que ela vai proporcionar desde o simples ato de tomar o café pela manhã até a realização de grandes empreendimentos e negociações. Giddens (2005) bebe da fonte de Durkheim e Weber, ressaltando a importância de suas teorias para a consolidação científica da Sociologia, devido aos conhecimentos que prestaram para desmistificar concepções equivocadas, embora aceitas, tanto pelo senso comum, como por outras áreas do conhecimento (SEE/MG, 2007).

O que o Eixo Temático 1 propõe não implica tratamento direto com os autores citados, mas que se leve em conta os fatos cotidianos dos alunos, a escola e a comunidade, que serão abordados de acordo com o pensamento de Durkheim e Weber, dependendo das circunstâncias e do contexto escolar, dentro e fora da sala de aula (SEE/MG, 2007) O eixo tem dois subtópicos, “a desnaturalização das definições de realidade implicadas pelo senso comum e “senso comum e conhecimento sociológico”. No último subtópico os alunos deverão desenvolver habilidade para diferencia a abordagem sociológica do senso comum. O documento dá sugestões de trabalho como a abordagem sociológica do suicídio, em Durkheim, a análise de Weber sobre as principais características da reforma protestante relacionada ao espírito do capitalismo e o argumento durkheimiano sobre o caráter social da divisão do trabalho. Esses temas devem servir para debater fatos do dia-a-dia, que estejam próximo do contexto social e da comunidade.

Já o Eixo Temático 2 tem por objetivo despertar nos jovens a curiosidade em compreender o mundo no qual vivem, mostrá-los como descobrir o que é comum, bem como levá-los a conhecer as transformações do mundo moderno, através de análises feitas por Weber, Marx e Durkheim em sociedades de sua época. O eixo é dividido em quatro subtópicos, todos enfatizando o cenário brasileiro: “tipos de sociedade: modernas e tradicionais e suas características básicas”, “as grandes mudanças do período moderno e as consequências para a vida social: a industrialização, a urbanização, as classes sociais, grupos étnicos e a desigualdade”, “valores, normas e a diversidade cultural, identidades grupais e sociais, diferenças e tolerância”, e o “Estado de Direito e a democracia moderna, cidadania, direito e deveres, eleições e partidos políticos. Participação e representação (os problemas de ação coletiva: solidariedade e interesse)”.

O Eixo Temático 3 propõe “a abordagem sociológica de questões sociais no Brasil contemporâneo”. As análises e discussões desenvolvidas neste eixo devem ser claras para que o aluno possa ter um melhor entendimento da sociedade brasileira. Para isso é necessário que o aluno tenha contato com os seguintes temas: raça, gênero, criminalidade e juventude, aproximando-os da análise sociológica. Dentro do primeiro tema é importante levar o aluno a perceber a discriminação racial no Brasil, bem como as polêmicas de gênero, tais como as diferenças de salário no mercado de trabalho.

Quando se aborda a questão da violência e suas consequências, como os altos índices de criminalidade e a problemática das drogas, não se pode deixar de destacar que estas são mais comuns nos países em desenvolvimento. Embora exista controvérsia a respeito dessa abordagem, sabe-se que onde existe estabilidade econômica a violência é bem menor.

O trabalho elaborado pela equipe do CBC só frutificará se o professor tomá-lo como exemplo, ao fazer seu planejamento e o seu diário de classe, buscando temas adequados à realidade onde está inserido, pois o sucesso de uma turma só acontecerá se ele conseguir passar segurança para seus alunos.

Seria até agradável dialogar o CBC de Minas Gerais com as escolas, se não fosse a precariedade que a maioria delas se encontra. A escola selecionada como unidade empírica de análise foi a Escola Estadual Dr. Celso Machado, que no passado foi uma instituição de referência na Zona da Mata de Minas Gerais, sendo atualmente a escola polo da Rede Estadual de ensino do município de Visconde do Rio Branco.

Após um período de observação no educandário, analisou-se o “fator escola”, concluindo-se que os itens para seu bom funcionamento e êxito para o aprendizado consciente dos alunos são muitos, podendo-se citar uma boa infraestrutura, fatores externos em sintonia com as escolas, recursos humanos, professores, família, bom clima interno e as características do ensino.

A Escola Estadual Dr. Celso Machado embora tenha um excelente corpo diretivo, empenhado em produzir um bom trabalho, funciona em um prédio do século XIX, que embora tenha sofrido modificações e adaptações, sua infraestrutura ainda deixa a desejar.

Suas salas não possuem amplitude para receber os alunos matriculados em cada série, podendo passar de 40 em alguns casos. Para o bom aproveitamento o ideal seria de 13 a 15 alunos por série, sendo poucas as salas que possuem mesa para o professor em função de espaço. Enfim, não só o corpo diretivo, mas o corpo docente, os auxiliares de serviços básicos, os assistentes técnicos e os servidores que executam trabalhos burocráticos se unem para amenizar as carências existentes.

Os professores de Sociologia seguem o disposto no CBC e de forma clara, concisa e objetiva conseguem passar para os alunos os conceitos propostos pelo conteúdo, a nível médio. Embora não tenha havido elaboração de planos de aula, os conceitos foram bem trabalhados, não havendo fuga de temas. Os professores procuraram usar uma linguagem capaz de ser compreendida pelos alunos para melhor aproveitamento dos conteúdos.

Os conteúdos abordados apresentaram um elo com o cotidiano dos alunos, os temas continham informações que despertavam interesse na maioria deles e assim conseguiam assimilar melhor o seu papel na sociedade e no mundo.

As aulas em geral foram expositivas, com algumas intervenções por parte dos alunos quando surgia alguma dúvida, e os professores sempre foram atenciosos para sanar as dúvidas que surgiam ao longo das aulas. Sendo assim, percebeu-se que os professores tornam o processo de aprendizagem mais dinâmico, conseguindo incentivar a reflexão dos temas trabalhados.

Os alunos têm noção da hierarquia existente em sala de aula, tanto que conseguem conviver com as advertências, com exceção de alguns. De modo geral, a relação das turmas com os professores são boas, verificando-se uma relação voltada para a horizontalidade, os alunos não os vêem como autoridade, mas sim como pessoas dispostas a compartilhar conhecimentos.

3. METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS

O tema foi desenvolvido através de uma pesquisa de campo, com a utilização da técnica da observação participante, durante o período de estágio no 1º, 2 e 3º do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Celso Machado, que conta com uma professora titular do conteúdo, que não possui formação específica na área, mas atua em regime de colaboração. Cada turma tem em média 35 alunos, e a professora utiliza o livro didático, adequando-o às peculiaridades da sala de aula. Ao mesmo tempo realizou-se uma pesquisa bibliográfica acerca do ensino de Sociologia no Ensino Médio no Brasil, e os elementos que o compõe.

De acordo com Valladares (2007), a observação participante supõe a interação pesquisador/pesquisado, e tem como objetivo auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas. Por sua vez, Lakatos e Marconi (2010) explicam que uma revisão bibliográfica é um método de abordagem de natureza qualitativa, pois explica determinada realidade a partir da análise de dados pré-existentes.

Para a revisão bibliográfica recorreu-se a obras, artigos e legislações, cujos conteúdos versam sobre a o ensino de Sociologia no ensino regular, como o Portal do Ministério da Educação (MEC) e o Portal do Palácio do Planalto, dentre outros. A pesquisa foi encerrada tomando como termo os artigos publicados até o mês de dezembro de 2017.

Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: estudos que indicaram com objetividade a forma como a disciplina Sociologia é estudada na grade curricular do Ensino Médio atualmente, analisando-se ainda a maneira como foi historicamente tratada. Noutro giro, como critérios de exclusão não foram utilizados os artigos que trabalharam apenas com dados estatísticos, sem um estudo significativo sobre o ensino de Sociologia no Ensino Médio, bem como os artigos sem relevância, com breves explicações.

A pesquisa foi feita em quatro etapas, inicialmente com realização do estágio na Escola Estadual Dr. Celso Machado e a observação da disciplina de Sociologia, em seguida realizou-se a pesquisa na rede mundial de computadores (*word wide web*), agregando somente os artigos que corresponderam às expectativas do trabalho, eliminando, já pelo título, os que não guardavam congruência com o tema. Em seguida foi feita a leitura dos documentos, selecionando-se os aspectos mais relevantes de cada um deles, e que contribuíram para a elaboração do texto final. Por fim, analisou-se os artigos e as obras

coletados, a fim de eliminar eventuais contradições que pudessem embaraçar a pesquisa, formulando o texto definitivo do trabalho.

Segundo Betiol (2011), é importante refletir sobre o ensino de Sociologia no Ensino Médio, e também sobre as práticas e ferramentas que dão ao professor possibilidade de desenvolver seu trabalho de forma adequada. Sendo assim, uma análise comparativa entre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1999) e as Orientações Curriculares Nacionais (OCN, 2006) da disciplina de Sociologia no Ensino Médio é importante e pode elaborar as bases sobre as quais se fundamenta o ensino do conteúdo no Brasil.

Como citam Casão e Quinteiro (2007) se pensarmos o currículo como produto de interação entre campos, vemos que ele faz parte do jogo de interesse de uma dada sociedade. Bernstein (2003) faz ver que o currículo advém da interação entre o campo da contextualização (academia, universidade, intelectuais, consultores) de onde são recrutados pelo campo recontextualizador oficial (Estado, governo, secretarias de educação) para formular esses documentos.

Depois da formulação, esses documentos são levados para o campo da recontextualização (escola, comunidade) onde são novamente trabalhados por professores na sua prática pedagógica. No entanto, cabe lembrar que nem os PCN (1999) nem as OCN (2006) de Sociologia possuem força de lei, são considerados documentos orientadores. Assim, apesar de seu caráter nacional, podem ser interpretados pelas Secretarias de Educação de cada Estado brasileiro. Ambos documentos, PCN e OCN estão subordinados às diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Médio (DCEM) e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 1996).

Os PCN e as OCN foram elaborados no campo da recontextualização oficial (Estado), a partir de reflexões geradas por intelectuais (campo da contextualização). Estes últimos se referem a vários grupos de poder, projetos políticos, origens nos campos da contextualização, conteúdos, categorias, visões de sociedade, escola, ensino e Sociologia. Assim, onde parece não ter quase nada em comum, verifica-se que nessa dessemelhança existe algo em comum entre eles e são essas contextualizações é que vão levar a um denominador comum dentro das políticas educacionais. Segundo Viana (2006), as prioridades das políticas públicas são os “interesses gerais do capital e as necessidades da acumulação capitalistas”.

Tanto o Ministério da Educação quanto a Secretaria de Educação Básica mostram que os PCN e as OCN não são manuais para serem seguidos à risca, mas um instrumento de apoio para que os professores possam utilizar em favor da aprendizagem e melhoria do ensino.

Ao se fazer um estudo comparativo entre PCN e OCN é necessário levar em conta a luta para a implementação da obrigatoriedade e ver como esses documentos contribuíram para esse fim, sendo possível visualizar uma diferença de ideias em suas políticas educacionais. Nos PCN, com suas ambigüidades, nota-se logo que não há nenhuma intenção de regulamentar à Sociologia como disciplina, porém, nas OCN, os documentos de 2006 mostram a intenção de regulamentar a Sociologia em nível nacional.

Os PCN são uma coleção de documentos que compõe a grade curricular de uma instituição, enquanto que os OCN são diretrizes elaboradas pelo governo federal tendo como objetivo principal orientar os educadores através de normas diretamente ligadas ao exercício de cada disciplina. Seus objetivos estão ligados ao ensino público e privado e trabalham de acordo com o grau de escolaridade do aluno.

Os PCN propõem uma organização curricular onde o conhecimento se desenvolve por áreas interligadas através de temas transversais. O termo “área” tem como objetivo principal, fazer a integração do conhecimento nas diferentes disciplinas. Essa organização é proposta dos PCN para a realização de trabalhos interdisciplinares. Dentro dos PCN a Sociologia pode ocupar um papel importante de interlocução com as outras disciplinas, através de seu currículo e até com a instituição escolar.

Considerando o conteúdo diferenciado da Sociologia, o professor deverá usar de criatividade para ministrar suas aulas seguindo dois tópicos. O primeiro é “Introdução à Sociologia”, que consiste na ciência, seu objetivo e principais temas ou conceitos, o segundo é “História da Sociologia”, tomando como base os clássicos como Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim. Na maioria das vezes esses autores são vistos durante todo o curso como se fosse obrigatório, o professor não deveria se prender a eles, pois as teorias respondem aos problemas de sua época e os autores dialogam com o seu tempo. Por isso é necessário que se busque outros autores que possam acrescentar outros modelos explicativos ou compreensivos a cerca de fenômenos que surgiram depois deles.

Nos Pressupostos Metodológicos existem três tipos de recortes, quais sejam, teorias, conceitos e temas, que são encontrados nos parâmetros curriculares oficiais, nos livros didáticos e nas escolas e que são ideais para auxiliar o trabalho do professor. Esses recortes metodológicos, que fundamentais para o ensino da Sociologia no Ensino Médio e devem ser trabalhados juntamente para que o objetivo do ensino não seja desvirtuado.

As teorias são compreendidas como modelos explicativos ou comparativos acerca dos fenômenos sociais. A teoria reconstrói a realidade, e assim tenta dar conta dos fatores que a reproduziram e dos seus possíveis desdobramentos. São elas que respondem aos problemas de

sua época, dialogam com o seu tempo, e com isso ultrapassam os limites temporais e as fronteiras geográficas. Os Conceitos são registros linguísticos da ciência, com que se opõe a definir terminologicamente um fenômeno, uma concepção, uma relação (OCNEM, 2006). Para empregar um conceito é necessário conhecer o conceito histórico e social em que se estabeleceram as suas concepções e seus criadores, marcando sua elaboração. Já os temas são recortes da realidade em que se vive (OCNEM, 2006).

Moraes et. al. (2004), ao escreverem as Orientações Curriculares para o Ensino Médio, relatam que a disciplina Sociologia por não ter uma tradição pedagógica, pode ter sua legitimidade questionada, uma vez que o seu desenvolvimento com qualidade está associado a união de conceitos, temas e teorias. Caso não exista essa junção, os conteúdos se banalizam tornando-se senso comum.

Os conceitos referentes ao discurso sociológico ou a linguagem específica da Sociologia só serão compreendidos diante da relação com a realidade concreta (temas) que eles explicam e na relação com as linhas teóricas, visto que os conceitos não devem ser entendidos como abstrações e podem ter sentidos diferentes a partir da filiação teórica que seguem. Os temas que fazem referência às questões dos contextos sociais culturais devem ser compreendidos na relação com as bases teóricas e os conceitos (PCN, 1999).

No que diz respeito aos conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Política no Ensino Médio, os PCN (1999) indicam competências e habilidades. Com relação aos conteúdos identifica-se teoria das Ciências Sociais, indústria cultural, meios de comunicação de massa, marketing, diferenças étnicas e dos segmentos sociais, diversidade, mundo do trabalho e as mudanças na ordem econômica, cidadania, direitos e deveres, e o Estado.

A diferença na construção de pensamento entre os PCN e as OCN pode ter relação com os agentes envolvidos quando da sua elaboração. Os construtores dos PCN na maioria não são cientistas sociais, já os consultores e leitores críticos das OCN são professores e pesquisadores que são engajados na ideia de tornar a Sociologia obrigatória no Ensino Médio. Ao contrário dos PCN as OCN defendem a inversão da Sociologia, não só pelo seu panorama histórico com também pela sua riqueza de conteúdos. Seus conteúdos foram acordados com os movimentos de luta nos inúmeros campos da sociedade, e a visão política diferenciada dos PCN e seu currículo não pauta em interesses.

Seu conteúdo é uma proposta de trabalho para orientar o professor e não um programa para ser seguido à risca, buscando a consolidação da Sociologia. Assim, o que se oferece é um ponto de partida, antes de tudo uma avaliação das vantagens e desvantagens de um ou outro recorte programático, e de sugestões metodológicas de ensino, além de breve discussão acerca

de recursos didáticos. Tudo isso deve ser entendido como uma tentativa de superar as propostas rígidas e sempre falhas, mas também propostas abertas em excesso, que se mostram inócuas por não conseguirem apresentar sequer uma orientação mínima para os professores (BRASIL, 2006, pág. 25).

As OCN, embora tendo um caráter disciplinar e científico diferenciado dos PCN, concordam que o jovem entre 15 e 18 anos, após vários anos de escola deva sair com noções de cidadania para direcioná-lo para a escolha de uma profissão, progressão nos estudos, enfim, uma educação para a vida (BRASIL, 2006, p.8).

O modelo pedagógico proposto pelas OCN propõe o ensino-aprendizagem de conteúdos específicos, dentro de disciplinas específicas e obrigatórias diferente dos propostos pelos PCN, com um discurso flexível e dissolvido da pedagogia das competências.

As OCN (2006) apresentam os conteúdos que devem ser trabalhados no Ensino Médio, quais sejam, conceitos de burguesia, ideologia, indivíduo, sociedade trabalho, produção, classe social, poder, dominação, cultura, mudança social. Prosseguindo, trabalham-se temas como questões raciais, etnocentrismo, preconceito, violência, sexualidade, gênero, meio ambiente, cidadania, direitos humanos, religião e religiosidade, movimentos sociais, meios de comunicação de massa. Por fim, exploram-se teorias como a teoria funcionalista, a teoria marxista, a teoria compreensiva, a teoria fenomenológica, a teoria estruturalista e a teoria dialética.

As OCN (2006) e os PCN (1999) apresentam algumas diferenças no que tange aos objetivos dos conhecimentos da Sociologia e concepções para o Ensino Médio, mas em relação às orientações de conteúdos há convergências, sobretudo nas questões temáticas conceituais de trabalho, Estado, cidadania e cultura. O ideal seria que fossem tratados correlacionando-se e não de forma independente, pois a forma desconectada de estudá-los cria equívocos que reproduzem e banalizam erroneamente as ideias centrais da sociologia e filosofia.

As OCN mostram através do documento de 2006 a intenção de regulamentar a Sociologia em nível nacional, bem como destacar o valor da disciplina nos currículos do Ensino Médio. Apresenta o percurso da Sociologia no país, ora presente, ora ausente dos currículos. Por isso o currículo deve ser pensado sociologicamente, mas tendo sempre como base os movimentos de lutas nos diferentes campos que compõe a sociedade. Este desvio de interesse político do PCN mostra que a ausência da disciplina no currículo não traz grandes perdas, pois a desnaturalização mostra que o currículo é isento de interesses.

A proposta da OCN é abrangente, e seu projeto maior é orientar o trabalho do professor e não propor programa fechado e rígido, assim, sua intenção é dar força para que a disciplina de Sociologia seja consolidada. As OCN procuram recuperar a importância do professor que foi reduzida pelos PCN e vão além de querer formar o cidadão crítico, buscando ultrapassar esse nível discursivo, avançando para a concretização dessa expectativa (BRASIL, 2006, p. 07).

Dentro da sala de aula pode-se priorizar um ou outro recorte, mas isso não impedirá que ocorram vantagens ou desvantagens e haverá sempre necessidade de explicar o porquê de trabalhar com determinado tema. Fala-se da importância de trabalhar com autores clássicos, mas com linguagem adaptada ao Ensino Médio, e também com temas atuais. O documento que sugere os três recortes recomenda também que seja feita pesquisa sociológica no Ensino Médio e mostra a importância da regulamentação da Sociologia através de uma análise crítica de práticas de ensino e recursos didáticos. Os recursos sugeridos ao professor vão servir para a desnaturalização dos fenômenos sociais e causar o estranhamento e servir como ponto de partida para as aulas (OCN, 2006).

As OCN (2006) de Sociologia, além da contribuição na formação da crítica e da cidadania, indica seu papel no desenvolvimento dos processos de estranhamento e desnaturalização o qual necessitam da reflexão a respeito da relação entre os contextos e condicionantes sociais, culturais e biográficos individuais.

Para Sarandy (2004), o estudante poderá desenvolver através do ensino de Sociologia um modo crítico de olhar e de pensar as realidades a sua volta, não apenas pela aprendizagem teórica, mas por meio de experiências vividas. Assim, o objetivo do ensino de Sociologia é proporcionar a aprendizagem do modo próprio de pensar de uma área do saber aliado à compreensão de sua historicidade.

Com isso, o autor quis mostrar que a prática cotidiana, as experiências e vivências individuais são partes de um conhecimento que através de uma metodologia adequada e de conceitos teóricos bem elaborados poderá fazer da sala de aula um lugar propício para o questionamento da realidade. É importante destacar também o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que surgiu com a democratização do ensino com o objetivo de suprir as passadas esses programas já existiam, mas eram em forma de Antologias, pois tanto professores e alunos tinham um nível elevado de conhecimento. Nesta nova fase do ensino os livros didáticos receberam nova roupagem. Porém, conforme informa o Guia do Livro Didático (BRASIL, 2007, p.19) o trabalho com o material “não pode prescindir do professor”

que deve “pensar nos usos diferenciados que um LD pode permitir, como alterações de sequências, atividades complementares, aspectos diversos da realidade local, etc”.

A organização do processo de escolha de LD nas escolas tem sido feita mais através de ações desenvolvidas por editoras do que a partir de orientações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). É natural que no processo de escolhas de livros, os professores criem encontros “relâmpagos” durante os intervalos, para trocar informações e tomar decisões a respeito dos livros didáticos.

Na maioria das vezes o professor não usa o “Guia dos Livros Didáticos” para a escolha, e as editoras sabendo disso, procuram enviar exemplares para que o professor possa ter um contato mais próximo, e então fazer sua escolha. Parece que os critérios para a escolha dos LD são: a linguagem, a diagramação, a contextualização, as experimentações e o tipo de abordagem. Sendo assim, vê-se que os LD não são escolhidos com base nos mecanismos adotados pelas equipes gestoras de escolas para organizar os processos de escolha dos livros, no âmbito do PNLD, mas sim com a realidade em que vivem.

Além disso, embora tenham como base as orientações publicadas pelo Ministério da Educação, muitos Estados brasileiros, por meio das Secretarias de Educação e em parceria com Universidades, criaram um programa próprio para suas escolas. Em Minas Gerais o programa recebeu o nome de Currículo Básico Comum (CBC). A diretriz do documento tem os mesmos princípios gerais dos documentos nacionais, principalmente os Parâmetros Curriculares Nacionais (parte IV) e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (Ciências Humanas e suas Tecnologias, cap.4), que, dentro deste contexto, procuram construir sugestões para favorecer o professor.

Quando o CBC foi criado a disciplina de Sociologia não era obrigatória, por isso ele propõe um trabalho interdisciplinar onde o conteúdo dialoga com outras disciplinas. Utilizando os mesmos argumentos dos documentos oficiais do Ministério da Educação, o CBC mostra a importância de desenvolver a disciplina de Sociologia e a maneira como deve ser trabalhada.

No parecer dos autores do CBC, a Sociologia no nível médio precisa se preocupar com a análise sociológica dos fenômenos sociais e históricos, de maneira a desenvolver conceitos e teorias que promovam no aluno uma compreensão científica da disciplina. Desse modo, o aluno terá conteúdos que o levará a distanciar do senso comum, desenvolvendo “estranhamento” diante das práticas cotidianas, e isso o conduzirá à “desnaturalização” das concepções rotineiras.

O documento do CBC, assim como a orientação da prática docente, é elaborado em três Eixos Temáticos 1: “A Sociologia como Disciplina Científica e Autônoma: Conhecendo nosso Mundo Social”, Eixo Temático 2: “Análise Sociológica do Mundo Moderno: a Sociedade em que Vivemos”, Eixo Temático 3: “A Abordagem Sociológica de questões Sociais no Brasil Contemporâneo”. No Eixo Temático 1, no mesmo instante em que se estrutura para iniciar o estudo de Ciências Sociais, cria-se meios para trabalhar os demais temas que integram a disciplina. O objetivo é levar o aluno a ter um olhar diferenciado para o ambiente social, fazendo com que ele busque mais objetividade, e sinta estranheza diante das práticas do dia-a-dia, o que é fundamental para que ele possa realizar a passagem do ponto de vista pessoal para o científico.

O sociólogo C.Wright Mills chamou de “imaginação sociológica” as ligações existentes entre a vida pessoal e as estruturas que organizam e dão forma à ela. (SEE/MG, 2007). Para que isso ocorra é necessário levar o aluno a ter um novo olhar para o cotidiano, os acontecimentos sociais devem ser vistos de maneira diversa e assim ele desenvolverá uma nova identidade.

Essa prática depende do desenvolvimento de um pensamento teórico, para que a visão do cotidiano se transforme em visão própria do conhecimento sociológico. Para melhor compreender a maneira diferenciada de olhar pelo prisma sociológico, Giddens (2005), através de um simples ato de tomar café, esclareceu que não é a xícara em si, mas tudo aquilo que ela vai proporcionar desde o simples ato de tomar o café pela manhã até a realização de grandes empreendimentos e negociações. Giddens (2005) bebe da fonte de Durkheim e Weber, ressaltando a importância de suas teorias para a consolidação científica da Sociologia, devido aos conhecimentos que prestaram para desmistificar concepções equivocadas, embora aceitas, tanto pelo senso comum, como por outras áreas do conhecimento (SEE/MG, 2007).

O que o Eixo Temático 1 propõe não implica tratamento direto com os autores citados, mas que se leve em conta os fatos cotidianos dos alunos, a escola e a comunidade, que serão abordados de acordo com o pensamento de Durkheim e Weber, dependendo das circunstâncias e do contexto escolar, dentro e fora da sala de aula (SEE/MG, 2007) O eixo tem dois subtópicos, “a desnaturalização das definições de realidade implicadas pelo senso comum e “senso comum e conhecimento sociológico”. No último subtópico os alunos deverão desenvolver habilidade para diferencia a abordagem sociológica do senso comum. O documento dá sugestões de trabalho como a abordagem sociológica do suicídio, em Durkheim, a análise de Weber sobre as principais características da reforma protestante relacionada ao espírito do capitalismo e o argumento durkhaminiano sobre o caráter social da

divisão do trabalho. Esses temas devem servir para debater fatos do dia-a-dia, que estejam próximo do contexto social e da comunidade.

Já o Eixo Temático 2 tem por objetivo despertar nos jovens a curiosidade em compreender o mundo no qual vivem, mostrá-los como descobrir o que é comum, bem como levá-los a conhecer as transformações do mundo moderno, através de análises feitas por Weber, Marx e Durkheim em sociedades de sua época. O eixo é dividido em quatro subtópicos, todos enfatizando o cenário brasileiro: “tipos de sociedade: modernas e tradicionais e suas características básicas”, “as grandes mudanças do período moderno e as consequências para a vida social: a industrialização, a urbanização, as classes sociais, grupos étnicos e a desigualdade”, “valores, normas e a diversidade cultural, identidades grupais e sociais, diferenças e tolerância”, e o “Estado de Direito e a democracia moderna, cidadania, direito e deveres, eleições e partidos políticos. Participação e representação (os problemas de ação coletiva: solidariedade e interesse)”.

O Eixo Temático 3 propõe “a abordagem sociológica de questões sociais no Brasil contemporâneo”. As análises e discussões desenvolvidas neste eixo devem ser claras para que o aluno possa ter um melhor entendimento da sociedade brasileira. Para isso é necessário que o aluno tenha contato com os seguintes temas: raça, gênero, criminalidade e juventude, aproximando-os da análise sociológica. Dentro do primeiro tema é importante levar o aluno a perceber a discriminação racial no Brasil, bem como as polêmicas de gênero, tais como as diferenças de salário no mercado de trabalho.

Quando se aborda a questão da violência e suas consequências, como os altos índices de criminalidade e a problemática das drogas, não se pode deixar de destacar que estas são mais comuns nos países em desenvolvimento. Embora exista controvérsia a respeito dessa abordagem, sabe-se que onde existe estabilidade econômica a violência é bem menor.

O trabalho elaborado pela equipe do CBC só frutificará se o professor tomá-lo como exemplo, ao fazer seu planejamento e o seu diário de classe, buscando temas adequados à realidade onde está inserido, pois o sucesso de uma turma só acontecerá se ele conseguir passar segurança para seus alunos.

Seria até agradável dialogar o CBC de Minas Gerais com as escolas, se não fosse a precariedade que a maioria delas se encontra. A escola selecionada como unidade empírica de análise foi a Escola Estadual Dr. Celso Machado, que no passado foi uma instituição de referência na Zona da Mata de Minas Gerais, sendo atualmente a escola polo da Rede Estadual de ensino do município de Visconde do Rio Branco.

A diretora da escola foi muito solícita, disposta a contribuir com tudo que fosse necessário ao longo do estágio, e o contato com os alunos também foi muito gratificante, estabelecendo-se um elo que permitiu uma reflexão sobre a importância do ensino da Sociologia no ensino médio.

Foi observado que a maioria dos alunos da E.E. Dr. Celso Machado é de classe social média e baixa, de modo que seu comportamento é influenciado por sua condição social. Dentro e fora de sala de aula viu-se que as aspirações dos alunos não são grandiosas, não têm muitos planos para o futuro, talvez pela falta de perspectiva econômica. De um modo geral os alunos relacionam-se bem entre si, formando grupos de acordo com os interesses. As faixas etárias estão de acordo com o ano em que estão matriculados, e as formas de se vestir, agir e falar são próprias da adolescência, nesse ponto tem-se que a juventude da E.E. Dr. Celso Machado não é diferente.

O sentimento de indignação de alguns alunos com sua posição social se deve ao fato de não compreenderem os fatores que levaram suas famílias a ocuparem esse lugar na sociedade. A desigualdade social foi um tema recorrente na maioria das aulas, apesar de não saberem exatamente sua origem, é senso comum entre os alunos que não é algo correto, e que deve ser enfrentado.

Os alunos têm noção da hierarquia existente em sala de aula, tanto que conseguem conviver com as advertências, com exceção de alguns. De modo geral, a relação das turmas com os professores são boas, verificando-se uma relação voltada para a horizontalidade, os alunos não os vêem como autoridade, mas sim como pessoas dispostas a compartilhar conhecimentos. Com relação às formas de preconceito e discriminação verificou-se que os alunos trabalham este tema de forma natural, não havendo entre eles qualquer indício da prática, talvez pela origem humilde comum. As relações sociais dentro da escola são pacíficas, havendo casos isolados de rebeldia e/ou insubordinação.

Após um período de observação no educandário, analisou-se o “fator escola”, concluindo-se que os itens para seu bom funcionamento e êxito para o aprendizado consciente dos alunos são muitos, podendo-se citar uma boa infraestrutura, fatores externos em sintonia com as escolas, recursos humanos, professores, família, bom clima interno e as características do ensino.

A Escola Estadual Dr. Celso Machado embora tenha um excelente corpo diretivo, empenhado em produzir um bom trabalho, funciona em um prédio do século XIX, que embora tenha sofrido modificações e adaptações, sua infraestrutura ainda deixa a desejar. Suas salas não possuem amplitude para receber os alunos matriculados em cada série,

podendo passar de 40 em alguns casos. Para o bom aproveitamento o ideal seria de 13 a 15 alunos por série, sendo poucas as salas que possuem mesa para o professor em função de espaço. Enfim, não só o corpo diretivo, mas o corpo docente, os auxiliares de serviços básicos, os assistentes técnicos e os servidores que executam trabalhos burocráticos se unem para amenizar as carências existentes.

O corpo docente composto profissionais que realmente possuem paixão pelo que fazem mesmo com todos os obstáculos que a falta de recursos impõe, e às vezes até a falta de interesse dos alunos acabam por criar. Foi inspirador ver como elas conduzem o ensino em uma escola pública repleta de dificuldades. As aulas foram ministradas de forma eminentemente expositivas, havendo a participação dos alunos no momento em que surgiam dúvidas e os professores sempre foram atenciosos para sanar as dúvidas que surgiam ao longo das aulas. Observou-se a preocupação em ensinar aos alunos, como objetivo específico, a pesquisar e escolher a arte da diversidade do conhecimento da cultura musical. Bem como trabalhar a capacidade intelectual de cada aluno, prepará-lo para participarem de redes sociais e aperfeiçoar o comportamento deles em público, os desinibindo. Sendo assim, percebeu-se que os professores tornam o processo de aprendizagem mais dinâmico, conseguindo incentivar a reflexão dos temas trabalhados.

Tomando como parâmetro o CBC, os professores procuram trabalhar assuntos do cotidiano, o que torna o aprendizado mais dinâmico, pois os alunos se mostraram interessados em aprender. Observou-se que os questionamentos feitos deixavam claro que os alunos souberam assimilar o conteúdo e compreender como se inseriam em suas vidas. Os professores de Sociologia seguem o disposto no CBC e de forma clara, concisa e objetiva conseguem passar para os alunos os conceitos propostos pelo conteúdo, a nível médio. Embora não tenha havido elaboração de planos de aula, os conceitos foram bem trabalhados, não havendo fuga de temas. Os professores procuraram usar uma linguagem capaz de ser compreendida pelos alunos para melhor aproveitamento dos conteúdos. Os conteúdos abordados apresentaram um elo com o cotidiano dos alunos, os temas continham informações que despertavam interesse na maioria deles e assim conseguiam assimilar melhor o seu papel na sociedade e no mundo.

A participação nas atividades extra-classe, como os projetos, as reuniões e o auxílio aos alunos permitiu a compreensão da escola além da sala de aula, e como elaborar e colocar em prática medidas necessárias para melhorar o desempenho escolar.

CONCLUSÃO

Após muitas leituras, observações e longa experiência no magistério, concluo que o Brasil desde a década de 90 vem implementando políticas de ajustes para se inserir no mundo globalizado.

No caso específico da Sociologia, que surgiu numa época em que se priorizava a formação do cidadão não só profissional, mas social, cultural e político, a sua exclusão do currículo prende-se menos a preconceitos ideológicos e mais a indefinição de seu papel na formação social. Sendo assim, torna-se difícil para os defensores da Sociologia convencer a burocracia educacional a importância dessa matéria no currículo das escolas.

Embora participando de todos esses problemas, a Escola Estadual Dr Celso Machado através de seu corpo docente, busca realizar um trabalho consciente de todas as dificuldades em prol de seus alunos.

Foi observado que a maioria dos alunos da E.E. Dr. Celso Machado é de classe social média e baixa, de modo que seu comportamento é influenciado por sua condição social. Dentro e fora de sala de aula viu-se que as aspirações dos alunos não são grandiosas, não têm muitos planos para o futuro, talvez pela falta de perspectiva econômica. De um modo geral os alunos relacionam-se bem entre si, formando grupos de acordo com os interesses. As faixas etárias estão de acordo com o ano em que estão matriculados, e as formas de se vestir, agir e falar são próprias da adolescência, nesse ponto tem-se que a juventude da E.E. Dr. Celso Machado não é diferente.

Tomando como parâmetro o CBC, os professores procuram trabalhar assuntos do cotidiano, o que torna o aprendizado mais dinâmico, pois os alunos se mostraram interessados em aprender. Observou-se que os questionamentos feitos deixavam claro que os alunos souberam assimilar o conteúdo e compreender como se inseriam em suas vidas.

As aulas foram ministradas de forma eminentemente expositivas, havendo a participação dos alunos no momento em que surgiam dúvidas. Observou-se a preocupação em ensinar aos alunos, como objetivo específico, a pesquisar e escolher a arte da diversidade do conhecimento da cultura musical. Bem como trabalhar a capacidade intelectual de cada aluno, prepará-lo para participarem de redes sociais e aperfeiçoar o comportamento deles em público, os desinibindo.

Com relação às formas de preconceito e discriminação verificou-se que os alunos trabalham este tema de forma natural, não havendo entre eles qualquer indício da prática,

talvez pela origem humilde comum. As relações sociais dentro da escola são harmoniosas, havendo casos isolados de rebeldia e/ou insubordinação.

O estágio realizado na E.E. Dr. Celso Machado foi muito proveitoso, tanto do ponto de vista pedagógico quanto pessoal. Foi uma excelente oportunidade de contato com a realidade escolar, conhecendo as dificuldades e as necessidades que o ambiente possui.

O corpo docente é composto profissionais que atuam com seriedade, mesmo com todos os obstáculos que a falta de recursos impõe, e às vezes até a falta de interesse dos alunos acabam por criar. Foi inspirador ver como elas conduzem o ensino em uma escola pública repleta de dificuldades.

A diretora da escola foi muito solícita, disposta a contribuir com tudo que fosse necessário ao longo do estágio, e o contato com os alunos também foi muito gratificante, estabelecendo-se um elo que permitiu uma reflexão sobre a importância do ensino da Sociologia no ensino médio.

A maioria dos alunos vive em situação de vulnerabilidade social, alguns com sentimento de indignação com sua posição social, por não compreenderem os fatores que levaram suas famílias a ocuparem esse lugar na sociedade. A desigualdade social foi um tema recorrente na maioria das aulas, apesar de não saberem exatamente sua origem, é senso comum entre os alunos que não é algo correto, e que deve ser enfrentado.

A participação nas atividades extra-classe, como os projetos, as reuniões e o auxílio aos alunos permitiu a compreensão da escola além da sala de aula. Mesmo com um número restrito de aulas conseguem fazer um bom trabalho. Além das aulas preparadas por elas fazem uso de vídeos, recortes de jornais, revistas e até mesmo de notícias locais como material de apoio. Essa forma de trabalhar é para que as aulas de sociologia não se tornem monótonas, e com isso conseguem uma maior participação da maioria dos alunos.

Pois, o objetivo de todas elas é fazer com que os alunos percebam a importância do ensino sociológico em suas vidas; a formação do pensamento crítico. Sabem que essa formação não é concebida através de algum tipo de conteúdo, mas ajuda o aluno a pensar sua realidade, e fazer uma confrontação com outras realidades e culturas diferenciadas. Para mim foi um trabalho gratificante, pois embora sabendo que na atualidade ser professor é uma tarefa árdua, encontrei mestres que amam o que fazem independentemente das dificuldades encontradas.

De modo geral o estágio permitiu verificar que o ensino da Sociologia no ensino médio é um agente modificador do pensamento dos alunos, despertando neles uma consciência crítica, capaz de fazê-los compreender a sociedade e os problemas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASBAUM, L. **História sincera da República, de 1889-1930**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

BERNSTEIN, Basil. **A pedagogização do Conhecimento: Estudos sobre Recontextualização**. Cadernos de Pesquisa, n. 120, p. 75-110, Nov. 2003.

BETIOL, Mariana Carolina. **A importância do cotidiano na docência de Sociologia no Ensino Médio**. 2011. Disponível em <<http://www.uel.br/projetos/lenpes/pages/arquivos/aBetiol%20Mariana%20Carolina.%20A%20importancia%20do%20cotidiano%20na%20docencia%20de%20Sociologia%20no%20Ensino%20Medio.pdf>>. Acesso em 05 fev. 2018.

BRASIL. Decreto nº 16.782-a, de 13 de janeiro de 1925. **Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d16782a.htm>. Acesso em 20 out. 2017.

_____. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. **Dispõe sobre a organização do ensino secundário**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19890.htm> . Acesso em 21 out. 2017.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 42, de 28 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a Educação Básica**. Disponível em <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000042&seq_ato=000&vlr_ano=2012&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC> . Acesso em 19 out. 2017.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em 16 out. 2017.

_____. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. **Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7044.htm>. Acesso em 18 out. 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 09 out. 2017.

_____. Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008. **Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11684.htm>. Acesso em 17 out. 2017.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 15/98. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Para O Ensino Médio.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=853-parecer-ceb-15-98-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 20 out. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio.** 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. Acesso em 13 out. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** 1999. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em 12 out. 2017.

_____. Resolução CNE/CEB nº 03, de 26 de junho de 1998. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_ceb_0398.pdf>. Acesso em 20 out. 2017.

_____. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Conteúdo Básico Comum (CBC) de Sociologia do Ensino Médio.** 2007. Disponível em <<https://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/supletivo/2013/medio/Progr.%20Filosofia%20Mdio%202012.pdf>>. Acesso em 14 out. 2017.

_____. Secretaria de Estado de Educação de São Paulo. Resolução nº 236/83. **Dispõe sobre as diretrizes para reorganização do ensino de 2º grau nas escolas da rede estadual.** 1983. Disponível em <http://lise.edunet.sp.gov.br/sislegis/pesqorient_ano.asp>. Acesso em 12 out. 2017.

CARDOSO, Sérgio Ricardo Pereira; TAMBARA, Elomar Antonio Collegaro. **A Formação Docente “Não-Formal” em Pelotas: A Contribuição da Associação-Sul Rio Grandense de Professores.** In: TANBARA, Elomar; CORSETTI, Berenice. (Orgs). Instituições formadoras de professores no Rio Grande do Sul. V.4. Pelotas: Editora UFPel, p. 99-137. 2010.

CARVALHO, Leujene Mato Grosso de.(Org). **Sociologia e Ensino em Debate: experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio.** Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

CASÃO, C. D. C.; QUINTEIRO, C. T. **Pensando a Sociologia no Ensino Médio através dos PCNEM e das OCNEM.** Revista Mediações, v. 12, n. 1, p.225-238, 2007.

CIGALES, Marcelo Pinheiro; ARRIADA, Eduardo. **Algumas considerações sobre o ensino da sociologia na educação brasileira 1882-1942.** Revista Perspectivas Sociais, n 23, p. 86-100, 2013.

FERNANDES, Florestan. **O ensino da sociologia na escola secundária brasileira.** In: A etnologia e a sociologia no Brasil. São Paulo: Anhambi, 1958.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** São Paulo: Artmed, 2005.

GUELFY, W. P. **A Sociologia como disciplina escolar no ensino secundário brasileiro (1925-1942)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

LEÃO, A. Carneiro. **Fundamentos de sociologia**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1940.

MACHADO, C. S. **O ensino de Sociologia na escola secundária: um levantamento preliminar**. Revista da Faculdade de Educação, v. 13, n 1, p. 115-142, 1987.

MACHADO, Igor José Reno. **Sociologia hoje**. São Paulo: Ática, 2015.

MEUCCI, Simone. **Os primeiros manuais didáticos de Sociologia no Brasil**. Revista Estudos de Sociologia. 2000. Disponível em <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/184/180>>. Acesso em 07 out. 2017.

MORAES, Amaury César; TOMAZI, Nelson Dácio; GUIMARÃES, Elisabeth Fonseca. **Análise Crítica das OCN**. In Seminário Orientações Curriculares do Ensino Médio. Brasília: MEC-SEB, v. 1, 2004.

MORAES, Amaury César. **Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade**. Caderno Cedes, v. 31, n. 85, p. 359-382, 2011.

_____. **Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato**. Tempo Social, v. 15, n. 1, p. 5-20, 2003.

_____. **Parecer sobre o ensino de Filosofia e Sociologia**. Mediações: Londrina, 2007.

_____. **Veto: o sentido de um gesto**. Boletim Sinesp. PP. 10-12, nov., São Paulo, 2001.

PENTEADO, Heloisa D. O. **Prática de ensino de ciências sociais: uma primeira aproximação da situação atual no ensino de sociologia no segundo grau no estado de São Paulo**. São Paulo: Pioneira, 1988.

SANTOS, Mario Bispo dos. **A Sociologia no contexto das reformas do ensino médio**. In Sociologia e ensino em debate. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. p.118.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. **Sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de Sociologia para o Ensino Médio no Brasil**. 2004. Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2012/sociologia_artigos/flaviosarandy_manuais.pdf>. Acesso em 22 out. 2016.

TAKAGI, C. T. T. **Ensinar sociologia: análise dos recursos didáticos**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

TOBIAS, José Antonio. **História da educação brasileira**. São Paulo: Ave Maria, 1972.

VALLADARES, Licia. **Os dez mandamentos da observação participante**. Rev. bras. Ci. Soc. vol.22 no.63 São Paulo Feb. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100012>. Acesso em 04 nov. 2017.